



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 9533/2025-20

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 332/2025, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) José Muniz

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana informa que a área de abrangência do estacionamento rotativo está definida no edital de licitação que originou o contrato atualmente em vigor. A empresa vencedora do certame elaborou sua proposta e seu plano de trabalho com base nas diretrizes, número de vagas e delimitação geográfica ali estabelecidos.

O contrato de concessão firmado com o município possui força legal e obriga ambas as partes a cumprirem as condições pactuadas. A concessionária realizou investimentos, aquisição de equipamentos, contratação de pessoal e demais ações operacionais considerando a totalidade das vagas previstas.

A supressão de vagas ou a redução da área de cobertura do estacionamento rotativo acarretaria a necessidade de aditamento contratual, o que dependeria não apenas de justificativa técnica e jurídica, mas também

de concordância expressa da concessionária, considerando que haveria impacto direto sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A Secretaria de Mobilidade Urbana ressalta, ainda, que por força da legislação que rege as concessões, o Município tem o dever de assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais, garantindo estabilidade e segurança jurídica tanto para o ente público quanto para a empresa contratada.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 18/08/2025, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0347990** e o código CRC **73AD9BFC**.

Referência: Processo nº
3524709.420.00009533/2025-20

SEI nº 0347990